

O pesquisador, a morte e os mortos; entrevista com Andréia Vicente da Silva

Roberto Barreto Marques¹

Andréia Vicente da Silva é professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, graduada em história, mestre e doutora em antropologia (com período sanduíche na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais) e especializada em antropologia urbana, religião, rituais e morte, tomando a temática da morte como centro de seus interesses acadêmicos desde a graduação.

A entrevista, realizada um pouco a conta-gotas, através de e-mails trocados em um período de tempo que durou cerca de três meses e com o intuito de dar dinamicidade e aproximar de uma conversa, foi gratificante e revelador para mim. Espero que a mesma sensação possa ser sentida pelos leitores, sobretudo para os não iniciados nas pesquisas em antropologia da morte. Boa leitura, boa reflexão.

Roberto Barreto Marques - *Professora, conte-nos um pouco sobre sua trajetória acadêmica e pessoal, os caminhos que lhe levaram ao tema da morte, as impressões das pessoas próximas sobre seu interesse e seus projetos futuros sobre a pesquisa em antropologia da morte.*

Andréia Vicente - Eu fiz minha graduação em história na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Logo que comecei a faculdade conheci a professora Maria Regina Cândido que é especialista em história antiga e que também estuda a morte. A professora Maria Regina foi uma grande influência na minha iniciação científica. Trabalhei dois anos como bolsista do Jornal Philia, um jornal que ainda hoje é editado pelo Núcleo de Estudos de Antiguidade (NEA). Foi no NEA que comecei a pesquisar a morte. Esta minha trajetória deu origem ao meu trabalho de conclusão de curso "Casamento e morte: rituais de participação ativa da mulher na Atenas Clássica".

Todavia, para realizar a escrita do TCC me aproximei muito da antropologia, sobretudo a partir das categorias de rituais e de morte. Autores como Van Gennep com seu livro clássico "Ritos de Passagem" e José Carlos Rodrigues "Tabu da morte" foram essenciais para aquele primeiro trabalho. Assim, decidi fazer mestrado em Antropologia e no doutorado continuei a estudar a mesma temática.

Já no mestrado decidi fazer a virada saindo da história antiga e me concentrando na antropologia urbana. Como tenho ligações familiares com evangélicos, decidi acompanhar os rituais de morte dos pentecostais da Igreja Assembléia de Deus. Esta foi a temática que me acompanhou no mestrado e no doutorado dando origem a minha tese "Ritualizando o enterro e o luto evangélico". Toda minha produção subsequente está atrelada diretamente a questão do ritual de morte entre evangélicos.

¹ Graduado em Ciências Sociais, mestre em antropologia e doutorando em antropologia. Apresenta interesses em antropologia da morte, antropologia dos objetos, religião e gosto. Email: Barreto_marques@yahoo.com.br

Atualmente, meus estudos sobre a morte estão sobretudo focados em duas áreas: os cemitérios e os objetos rituais. Tenho realizado pesquisas a respeito do compartilhamento dos cemitérios por diferentes religiosidades, sobretudo percebendo como a cosmologia do cristianismo domina os dispositivos rituais hegemônicos nas necrópoles. Ao mesmo tempo, pensando a partir deste mesmo eixo, tenho acompanhado o uso de objetos nos rituais aos mortos em finados. Tenho procurado refletir a respeito do uso desses objetos a partir da ideia de estrutura ritual mínima.

Do ponto de vista pessoal, não vejo minha decisão temática com sofrimento. Muito pelo contrário. Sempre que perdi pessoas queridas, meus estudos me ajudaram a compreender e viver a perda com mais naturalidade. Afinal, quando problematizamos a morte como um fato biológico e social percebemos que ela deve ser vivida a partir de explicações que dão cota de gerar saciedade emocional nos enlutados. Assim, como pessoa, tenho consciência de que a morte deve ser vivida e sentida a partir da construção social dos sentimentos.

Por outro lado, se consideramos as relações familiares e também acadêmicas, decidir estudar a morte não é fácil. Percebo que mesmo meus colegas professores universitários vêm a temática como apresentando menor importância contrastando-a com questões políticas que envolvem superações de desigualdades e assimetrias político-econômicas. Ao mesmo tempo, familiares e pessoas comuns encaram este estudo a partir da perspectiva do mórbido. Contudo, depois de tantos anos de trajetória, aprendi a valorizar a pesquisa e defendê-la como quem defende um filho. A maior das defesas que se pode fazer do estudo da morte é sustentar que todos passamos por ela, de maneira que compreender os fenômenos associados a finitude é batalhar pela significação e problematização de um tema universal.

R. B. M – *Curioso como sua trajetória traz semelhanças com a minha e, certamente, com a de outros pesquisadores da área, sendo um dos pontos comuns o interesse pela temática da morte desde a graduação e a pesquisa em cemitérios. E é também desde a confecção da monografia que me deparo com a questão: o que é isto que chamamos de “antropologia da morte”? É um campo de pesquisa, um subtema sempre atrelado a outras questões ou pode ser visto como um problema de pesquisa autônomo e independente? Você pode nos falar como tem lidado com estas questões?*

A. V – A partir do fato biológico, as diferentes coletividades criam possibilidades de vivência da morte. Neste sentido, acredito que o que chamamos de antropologia da morte é justamente a compreensão dos diferentes enfrentamentos de um dos inevitáveis da vida, a finitude. Por isto mesmo, dada a sua centralidade, a antropologia da morte é um campo de pesquisa pleno que pode ser explorado com profundidade a partir de vários recortes, subtemas e metodologias. Por outro lado, temos muitos autores que enfrentam o tema a partir de outras áreas, por exemplo, a antropologia da religião. Diversos antropólogos têm estudado a morte a partir das perspectivas religiosas e neste caso dando relevo às crenças. As possibilidades são múltiplas.

R. B. M - Em uma revisão da literatura sobre a temática da morte encontramos expoentes internacionais como Gorer, Thomas, Áries, Morin e Urbain, bem como pesquisadores brasileiros como José de Souza Martins, Manoela Carneiro da Cunha e o já mencionado José Carlos Rodrigues. Considerando estes e outros nomes, observamos períodos de grande interesse seguido por esquecimento do tema em outros momentos. Como você entende esta oscilação e como interpreta a produção de conhecimento na área no momento atual? Neste ponto não direciono a pergunta a uma “antropologia da morte”, mas a temática da morte de modo geral.

A. V - Acredito que atualmente temos tido alguma dificuldades em juntar estudos e esforços sobre o tema, embora haja muitas pessoas pesquisando sobre a finitude. Duas grandes autoras brasileiras são a Mísia Reesink - que é antropóloga - e a Cláudia Rodrigues - que é historiadora. Um dos fatores que dificulta a articulação é justamente o estatuto que a morte tem ganhado nas sociedades contemporâneas. Pensemos por exemplo dinâmicas como a laicização, a secularização e o individualismo que afetaram diretamente os rituais de morte coletivos. Assim, para que a temática ganhe fôlego e centralidade na contemporaneidade é preciso buscar novas ferramentas teóricas que deem conta de compreender vivências mais individualizadas e secularizadas do fenômeno. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista as apropriações coletivas específicas que estão no mundo e persistem, embora remodeladas. Não é a mudança um processo constante na sociedade? Assim pensando, cabe aos estudiosos compreender essas transformações e investir nelas.

R.B.M – De que forma a antropologia, que mostra interesse pela temática da morte desde os trabalhos clássicos – como os de Mauss e Hertz - , pode contribuir com tais avanços na temática, haja vista esta “luta em várias frentes” que a morte requer?

A.V - Pergunta interessante. Se a antropologia contemporânea tem avançado no questionamento das assimetrias e das desigualdades, na crítica as hegemonias e como estas mesmas produzem sofrimento e exclusão, acredito que a contribuição para os estudos da morte deve caminhar nesta mesma direção. Ao questionar estruturas de pensamento ou idiomas de sentido a partir dos quais a morte é experimentada e sentida pelos diferentes sujeitos, temos que buscar compreender e criticar como essas mesmas disputas por poder e o encapsulamento das especificidades muitas vezes tornam a passagem pela finitude um processo ainda mais sofrido. Quando faço este apontamento, me refiro por exemplo a experiência da morte na cultura ocidental. Como demonstram muitos autores já clássicos e como tem sido retomado por nós estudiosos contemporâneos, a morte como experiência tem sido vivida a partir do controle das emoções, do ocultamento, da inviabilização e da recusa. Ao questionar esta estrutura e ao buscar compreender como ela é produzida e reproduzida, com certeza podemos como estudiosos da temática extrair as melhores lições que a antropologia contemporânea nos tem trazido.

R.B. M – *Como foi a experiência de coordenar, juntamente com a professora Mísia Reesink, o grupo de trabalho “antropologia da morte: teorias de ritual”, inserido dentro da programação da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia? Nele você presenciou alguma abordagem inovadora, algum método e teoria com certo ineditismo? Lembra de algum trabalho que lhe tenha chamado atenção e possa mencionar?*

A. V - Parte da proposta de analisar as teorias de ritual que servem de suporte para compreender a vivência da morte está justificada a partir destas problemáticas. Como ferramenta teórico-metodológica clássica o ritual ainda é compreendido, de maneira geral, como terreno de repetição, formalismo e tradicionalidades. No entanto, mais contemporaneamente temos tido bastante debate a respeito de uma revisão desta categoria clássica. Ao pensar o ritual sob a ótica da ritualização abre-se um novo terreno de análise que dá conta de compreender e problematizar experiências específicas vividas pelos sujeitos e que tem dado conta de construir saciedade emocional e aplacamento do sofrimento. O GT que coordenamos na Aba trazia esta proposta. De que forma diferentes campos empíricos podem ser analisados a partir das categorias de ritual abrindo este mesmo terreno teórico-metodológico para os questionamentos contemporâneos. Recebemos trabalhos que davam conta de analisar mortes violentas, produção de memória, uso de objetos, entre outros. A discussão foi muito rica no sentido de apontar experiências marcadas por diversas possibilidades de passagem pelo fato inevitável da finitude do corpo.

R.B.M – *Investir em processos sociais pelos quais a morte é pensada e sentida foi o trabalho de uma vida do historiador Philippe Ariès, mas vejo tanto nele quanto em outros estudiosos certa inclinação negativa quanto ao que seja a percepção da morte hoje, como algo relegado ao inaudito e impronunciável. Muitos dos colegas que estudam cemitérios falam inclusive da degradação do patrimônio funerário devido aos tempos que vivemos, de uma morte tabu, onde os herdeiros de mausoléus centenários já não se preocupam com os patronímicos. Sua fala acaba por trazer questões contemporâneas como o individualismo e a resignação emocional para o tema da morte e mostra também que nós, enquanto pesquisadores da temática, estamos sujeitos a isso, mas que devemos avançar e transformar esta falta ou pouco “drama” perante a morte em um problema de pesquisa. Sob este roteiro, fica a questão prática: que métodos da antropologia podem vir à baila para dar conta desta “supressão afetiva” diante da morte? Mais especificamente, que métodos você lançou mão na tese “Ritualizando o enterro e o luto evangélico: compartilhamento e incomunicabilidade na experiência da finitude humana”?*

A.V - Desde o mestrado, a defesa da tese de que os evangélicos não ritualizam a morte me incomodava. Percebi na análise da bibliografia uma certa sobreposição da visão cosmológica

cristã defendida pelos evangélicos de que após a morte segue-se o juízo sendo tratada como uma espécie de determinismo emocional. Nesta direção, muitos pesquisadores acreditavam que os evangélicos passam pela morte na perspectiva do afastamento e do não sofrimento. Contudo, conversando com os fiéis da Assembléia de Deus em Mauá, Magé, RJ, em cemitérios e nas igrejas, ouvi relatos que expressavam muita dor e saudade - embora não encontrasse ritos formais que dessem conta de minimizar e de coletivizar o luto. A partir daí, passei a buscar compreender como eles enfrentavam essa dor a partir da perspectiva do ritual. Foi a ênfase num trabalho de campo que se centrou em entrevistas, convivência e observação em casa e seguindo rotineiramente os grupos de oração que me fez perceber que de fato há muito trabalho ritual sendo realizado por estas pessoas. Esse é o desafio metodológico que minha tese procura enfrentar. Confrontando a perspectiva clássica dos rituais formais com a ideia de ritualização pude compreender que a expressão da morte contemporânea envolve informalidade, relacionalismo e criatividade que estão sendo construídas no cotidiano e nas relações face a face.

R.B.M - Em sua formação há uma profunda leitura de uma antropologia francesa, um período sanduíche na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e um artigo sobre o discurso francês nos ritos mortuários. Que contribuições clássicas e contemporâneas a antropologia francesa nos oferta sobre a antropologia da morte?

A.V - Do meu ponto de vista acredito que a produção francesa sobre a morte marca um período fundamental de debates. No entanto, percebo duas potencialidades para esta produção. A primeira está centrada sobretudo em Ariés, grande historiador, que procurou olhar a morte a partir de uma perspectiva temporal de longa duração fazendo transparecer mudanças expressivas na forma e na intensidade dos rituais associados ao momento da finitude. Esta riqueza bibliográfica precisa ser melhor investigada pelos especialistas. Contudo, o que procuro demonstrar no artigo mais recente é que essa mudança foi associada a uma perspectiva pessimista, ou seja, constrói-se um discurso analítico de que os ritos estão desaparecendo. Não nego que a mudança ocorreu e que de fato, Áries está correto ao documentá-la e percebê-la. Contudo, trabalhos mais contemporâneos têm demonstrado que a morte segue sendo ritualizada mesmo que de maneira específica. Assim, as práticas de humanização da morte e as tentativas de torná-la mais aproximada devem ser compreendidas a partir da sensibilidade atual que é menos institucionalizada - dado o avanço da perspectiva individualista - e também menos religiosa - dado o processo de secularização. Neste caso, o que procuro debater é que autores franceses como Vovelle e Ziegler, por exemplo, nos apresentam evidências da necessidade de revisão teórica da categoria ritual que sempre foi uma das ferramentas teóricas centrais para análise dos ritos de morte.

R.B.M - Interessante professora. O caso é que parece haver um deslocamento dos objetos e formas de lembrar o morto na atualidade, como já foi colocado, e que o ritual entra como

categoria analítica central, mas é curioso como os sentimentos aparecem na sua fala e na de outros estudiosos da temática da morte, como é o caso de Mísia Lins ao estudar os ritos fúnebres católicos. Deste modo como a antropologia das emoções vem contribuir com a antropologia da morte e a teoria clássica e contemporânea sobre rituais?

A. V - Concordo contigo que a antropologia das emoções é fundamental quando estamos tratando de ritos de morte sobretudo porque neste terreno geralmente falamos de relações de proximidade construídas a partir de vínculos de parentesco ou afetivos. Assim, por exemplo, no ocidente e sobretudo no Brasil, os rituais fúnebres são vividos no luto que parece ser vivido a partir de sentimentos como a tristeza e a melancolia. Compreender como os diferentes sistemas cosmológicos preveem ultrapassar estes sentimentos e construir estabilidade emocional é essencial para tratar dos ritos de morte. Na minha tese procurei pensar como as teorias de ritual nos ajudariam a compreender a transição entre estes momentos de instabilidade para fases mais amenas de aceitação da perda. Neste caso, os rituais podem ser tratados como momentos para a construção de energia emocional nos quais os enlutados procuram ultrapassar o luto.

R.B.M - Você diz que um processo de laicização e individualismo mudaram o cenário dos ritos fúnebres, das relações entre mortos e vivos na contemporaneidade. Pode discorrer mais sobre o assunto e exemplificar a partir de sua experiência?

A.V - Não há como negar que no cenário atual ocorreram grandes transformações na maneira de lidar com a morte. Assim, o paradigma do individualismo e da laicização provocaram grandes transformações, sobretudo aquelas associadas as religiões mundiais. Todavia, ao mesmo tempo, não acredito que podemos decretar o fim dos rituais e sim a sua reconstrução a partir de outros parâmetros. Minha tese demonstra este processo quando procura discutir um dos grandes precursores da laicização dos rituais que são os evangélicos. Ao construírem um sistema cosmológico que rejeita a denominação de ritual, os evangélicos trataram o formalismo e o apego a regras repetitivas como impróprio. Os ritos de luto que resultaram desse processo se caracterizam por grande informalidade e pessoalidade já que são realizados pelo enlutado de acordo com seus sentimentos e não seguindo um protocolo rígido de obrigações e etapas. Viver o luto e ritualiza-lo de acordo com cada caso é o que os evangélicos enlutados fazem. Neste sentido, compreendi que estes mesmos rituais são um bom exemplo desta ritualidade contemporânea que tende a ser mais experiencial e menos formal.

R.B.M - Com sua fala e a leitura de seu artigo na “Revista M” me veio à tona uma questão recorrente entre alguns grupos evangélicos: o apeço pelo céu em contraste com uma vida sofrida na terra. Como também venho de família evangélica, ouço com certa frequência sobre as agruras do cotidiano terreno e certa expectativa para com a morte como meio de

alcançar o paraíso. Lembro bem que minha avó materna vivia tal expectativa. Como você entende este discurso?

A. V - De fato, no discurso doutrinário evangélico tradicional, sobretudo nos pentecostais da Igreja Assembléia de Deus com os quais tenho maior familiaridade de pesquisa, o contraste entre o paraíso depois da morte e a vida sofrida na terra é uma realidade. Esse mesmo discurso justifica um apego ao rigor doutrinário que visa o ascetismo ao mesmo tempo em que faz-se aceitar as dificuldades sociais e econômicas sobretudo quando falamos de um país tão desigual como é o nosso. Em minha tese de doutorado, sobretudo quando debatia o uso da categoria ritual procurei chamar bastante atenção para este aspecto, problematizando um certo discurso analítico da área de estudos da morte que associava a valorização do céu à impossibilidade de sofrimento dos evangélicos que perdem alguém muito próximo. Através de casos de luto procurei demonstrar como a morte de pessoas próximas também é vivida a partir da perspectiva do luto ocidental no qual a melancolia está presente. De toda forma, voltando a ideia de céu e de vida plena após a morte, há que se enfatizar que a ênfase cosmológica neste ponto certamente faz com que a perda ocasionada pela morte seja pensada e ritualizada a partir da perspectiva da salvação eterna, em casos onde o morto é entendido como salvo. O drama mais intenso se faz sentir quando o destino do morto é incerto, como quando alguém não crente morre. Nestas ocasiões específicas há toda uma problematização da morte como condenação eterna. Quando estive em campo e presenciei o velório de um não crente que tinha toda família evangélica, percebi que uma série de possibilidades de negociação aparecem no rito: a avaliação da face do morto, sermão proselitista, ênfase na esperança da conversão no último momento. Enfim, o que quero enfatizar é que mesmo que o discurso doutrinário seja eficiente ao contrapor terra e céu; delícias e sofrimento, entre estas instâncias e nos momentos cotidianos ou rituais, diversas negociações tensionam estas instâncias que são reconstruídas através da vivência dos sujeitos envolvidos.

R.B.M - Sua pesquisa está muito baseada na coleta de dados através de entrevistas de profundidade, como a de Patrícia, cujo marido foi morto a tiros no trabalho. O tema da morte é tomado como delicado, especialmente neste caso de luto do cônjuge; como você procede antes de efetivamente iniciar a entrevista? Como se prepara e prepara o indivíduo entrevistado? E como é que se dá o andamento deste tipo de entrevista? Talvez sua fala ajude a quem quer pesquisar o tema, mas encontra no luto do outro um muro afetivo

A. V - Realizar entrevista com pessoas de luto não é tarefa fácil. Muito do que consegui conversar e ouvir dos meus interlocutores só foi possível após longo tempo de campo e de convivência nos cultos. Logo, para qualquer pessoa que vá fazer pesquisa sobre a morte seja no cemitério seja nas igrejas, sugiro uma presença intensiva no cotidiano do grupo estudado para que seja possível criar certa aproximação com os entrevistados. Não seria possível conversar sobre a morte durante o velório. No meu caso, o trabalho de campo no velório se constituiu mais de olhar e ouvir do que de falar. Somente passados alguns meses é que conseguia conversar com meus interlocutores a respeito de sua perda, de suas dor, e de como

buscavam compreender esse processo difícil de conformação. Para tentar obter mais dados a respeito do luto sugiro trabalho de campo intensivo nos velórios, enterros e também nos cultos, nas casas, nas ruas. Acredito que só assim é possível entrar nesta arena que é tão delicada e tão íntima.

R.B.M - No artigo “a partida da promessa”: o rito de luto evangélico e os objetos dos mortos” você substitui o termo “ritual” por “ritualização” por considerá-lo mais abrangente e polifônico no que se refere ao luto evangélico e suas etapas. Quais os elementos distintivos entre os dois termos e porque “ritualização” é mais significativo para os estudos de ritos fúnebres na atualidade?

A. V - O uso do conceito de ritualização no debate sobre os rituais fúnebres pentecostais veio justamente como tentativa de enfrentar a acusação encontrada na bibliografia específica de que os evangélicos não ritualizam a morte. Após longo trabalho de campo e conversas com meus interlocutores assembleianos passei a perceber que os rituais de luto aconteciam embora tivessem formatos e ocasiões distintas em relação ao que convencionalmente se chama ritual. Se o termo ritual refere-se a atividades formais, públicas, coletivas e repetitivas que associam-se sobretudo a ideia de reprodução social, o termo ritualização procura trabalhar aqueles comportamentos que geram energia e saciedade emocional para os indivíduos e que são realizados ao longo do cotidiano. Os rituais contemporâneos tem se transformado a medida que a laicização, o individualismo e a cientificidade avançam. De toda forma, o que tento demonstrar é que não se pode falar em declínio dos rituais e sim em adaptação destas atividades significativas. Neste sentido, o conceito de ritualização pode ser bastante útil para aqueles que se debruçam sobre pesquisas em antropologia dos rituais.

R.B.M - Que conselhos você daria aos que estão começando a se interessar pela antropologia da morte?

O campo de estudo da antropologia da morte é inesgotável. Além dos estudos clássicos devemos estar atentos as novas formas e novas roupagens através das quais fenômeno universal nos liga a todos e todas. A partir daí, eu diria que o trabalho de campo realizado nestes estudos deve ser mais lento e denso para permitir um diálogo profundo e maior intimidade entre pesquisadores e pesquisados. Afinal, falar de um tema ainda interdito e expressar sentimentos não é tarefa fácil. Neste sentido, os novos estudantes dos ritos de morte devem buscar soluções metodológicas e teóricas que objetivem aprofundar as características de vivência da morte contemporânea.